PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
MONOGRAFIA JURÍDICA

**Violência doméstica: uma abordagem pelos direitos humanos e a
inclusão da justiça restaurativa.**

análise da violência doméstica à luz do direito à vida, segurança e igualdade,
o papel do estado na prevenção, punição e reconciliação e a atuação ativa
dos três poderes, no cenário goiano

ORIENTANDO (a) – GIOVANNA BATISTA MARQUES

ORIENTADOR (a) - PROF. (a) DRA. MARINA ZAVA DE FARIA

GOIÂNIA
2024

GIOVANNA BATISTA MARQUES

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ABORDAGEM PELOS DIREITOS HUMANOS E A INCLUSÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.
ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À LUZ DO DIREITO À VIDA, SEGURANÇA E IGUALDADE, O PAPEL DO ESTADO NA PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E RECONCILIAÇÃO E A ATUAÇÃO ATIVA DOS TRÊS PODERES, NO CENÁRIO GOIANO

Monografia Jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS).
Prof. (a). Orientador (a) - ORIENTADOR (a) - PROF. (a) DRA. Marina Zava de Faria.

GOIÂNIA
2024

GIOVANNA BATISTA MARQUES

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ABORDAGEM PELOS DIREITOS HUMANOS E A INCLUSÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.
ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À LUZ DO DIREITO À VIDA, SEGURANÇA E IGUALDADE, O PAPEL DO ESTADO NA PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E RECONCILIAÇÃO E A ATUAÇÃO ATIVA DOS TRÊS PODERES, NO CENÁRIO GOIANO

Data da Defesa: ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Marina Zava de Faria Nota

Examinador Convidado: Prof. Dr. Rogério Pereira Leal

Nota

Dedico esse trabalho à Deus que me criou e foi tão criativo nessa tarefa. Aos meus pais que estiveram comigo desde meus primeiros passos até aos que me trouxeram aqui; e

A Essas e Tantas Outras...

Essas que se embrenharam mata adentro e se negaram aos colonizadores
e as que colaboraram e casaram com eles,
Essas que embarcaram ainda crianças
e as que ultrapassaram os limites da chegada,
Essas que levaram chibatadas e marcas de ferro quente
e as que se revoltaram e fundaram quilombos,
Essas que vieram embaladas por sonhos
e as que atravessaram nos porões da escuridão,
Essas que geraram filhas e filhos
e as que nunca pariram,
Essas que acenderam todas as espécies de velas
e as que arderam nas fogueiras,
Essas que lutaram com armas
e as que combateram sem elas,
Essas que cantaram, dançaram, pintaram e bordaram
e as que só criaram empecilhos,
Essas que escreveram e traduziram seus sentimentos
e as que nem mesmo assinavam o nome,
Essas que clamaram por conhecimento e escolas
e as que derrubaram os muros com os dedos,
Essas que trabalharam nos escritórios e fábricas
e as que empunharam as enxadas no campo,
Essas que ocuparam ruas e praças
e as que ficaram em casa,
Essas que quiseram se tornar cidadãs
e as que imaginaram todas votando,
Essas que assumiram os lugares até então proibidos
e as que elegeram as outras,
Essas que cuidaram e trataram dos diferentes males
e as que adoeceram por eles,
Essas que alimentaram e aplacaram os vários tipos de fome
e aquelas que arrumaram a mesa,

Essas que atenderam, datilografaram e secretariaram
e aquelas que lavaram e passaram sem conseguir atenção,
Essas que se doutoraram e ensinaram
e as que aprenderam com a vida,
Essas que nadaram, correram e pularam
e as que sustentaram a partida,
Essas que não se comportaram bem e amaram de todas as maneiras
e as que fizeram sem pedir licença,
Essas que desafinaram o coro do destino
e as que com isso abriram as alas e as asas,
Essas que ficaram de fora e aquelas que ainda virão,
Essas e tantas outras que existiram dentro da gente.

Schuma Schumacher

AGRADECIMENTOS

A cada olhar, palavras e gestos,
Me deram impulso para continuar,
Nos momentos tristes, discretos,
Vocês me ajudaram a caminhar.

Agradeço à vida, que me guiou,
À Deus, por me a iluminar,
Pois só Ele me mostrou
Que o impossível é só um lugar.

À minha família, alicerce de tudo,
Pelo apoio, carinho e oração,
Nos silêncios, nas palavras, no fundo,
Vocês foram minha inspiração.

Aos amigos, que caminharam ao meu lado,
Com risos, palavras e abraços,
Cada lembrança é um carinho guardado,
Tornando mais fortes nossos laços.

E aos mestres que me guiaram com saber,
Gratidão por cada lição compartilhada,
Foi com vocês que pude crescer, aprender,
E este trabalho é parte dessa jornada.

SUMÁRIO

RESUMO	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - A Violência Doméstica: Conceitos, Tipologias e Direitos Humanos	12
1.1 HISTORICIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER SOB O PRISMA DA VIDA DE MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES	
1.2 CONCEITOS E TIPOLOGIAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
1.3 ABORDAGEM DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS	
1.4 O IMPACTO DA LEI MARIA DA PENHA NA DINÂMICA FAMILIAR	
CAPÍTULO II – INTERSECCIONALIDADE DOS TRÊS PODERES NA PROMOÇÃO DO BEM COMUM.....	25
2.1 A RELEVÂNCIA LEGISLATIVA DA LEI MARIA DA PENHA NA REALIDADE GOIANA ATUAL	
2.2 AÇÃO MULTISSETORIAL E JURISPRUDÊNCIAS: O PAPEL DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO	
CAPÍTULO III – A Responsabilidade do Estado na Prevenção e Punição da Violência Doméstica em Goiás Sob a Ótica da Justiça Restaurativa.....	45
3.1 APOIO À MULHER AGREDIDA	
3.1.2 DIMINUIÇÃO DA VULNERABILIDADE	

3.2 PUNIÇÃO DE AGRESSORES

CONCLUSÃO52

REFERÊNCIAS54

RESUMO

O presente trabalho analisou a violência doméstica contra a mulher à luz da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, com foco na realidade goiana. A pesquisa investigou a trajetória de Maria da Penha Maia Fernandes como símbolo da luta contra a violência de gênero e a evolução histórica desse problema no Brasil. Além disso, abordou os conceitos e tipologias da violência doméstica, a abordagem de gênero e direitos humanos, bem como o impacto da legislação na dinâmica familiar. A análise também examinou a interseccionalidade dos três poderes na aplicação da Lei Maria da Penha, destacando a atuação do Legislativo, do Judiciário e do Executivo em Goiás. Por fim, discutiu-se a responsabilidade do Estado na prevenção e punição da violência doméstica, com enfoque na Justiça Restaurativa, apoio às vítimas e punição dos agressores. A metodologia utilizada foi qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental de relatórios institucionais e jurisprudências relevantes. O estudo contribuiu para o entendimento dos desafios enfrentados na implementação da Lei Maria da Penha e propôs reflexões sobre possíveis soluções para fortalecer a proteção dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, Direitos Humanos, Contexto Goiano, Atuação dos Três Poderes, Justiça Restaurativa

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a violência doméstica contra a mulher é destaque como uma das mais graves violações dos direitos humanos no Brasil. O debate sobre o tema ganhou maior visibilidade a partir da tragédia vivida por Maria da Penha em que resultou na promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, a qual buscou criar mecanismos legais para coibir a violência doméstica e familiar, promovendo transformações jurídicas e sociais. Ocorre que, apesar dos notáveis avanços alcançados, a violência de gênero persiste, exigindo novas abordagens para sua prevenção e punição.

O presente trabalho tem como objeto de estudo sobre a violência doméstica contra a mulher, com foco interseccionalidade dos três poderes, por meio de políticas públicas e ações judiciais implementadas a partir da Lei Maria da Penha, em que será analisado a sua eficácia e os desafios em sua aplicação, no que pese o apoio às vítimas e punição dos agressores, especialmente no estado de Goiás. O objetivo geral da pesquisa é investigar os impactos da Lei Maria da Penha na proteção dos direitos das mulheres e na promoção da igualdade de gênero, observando a atuação dos três poderes e a responsabilidade do Estado em prevenir e punir a violência doméstica.

O problema central que orienta a presente pesquisa é: como a Lei Maria da Penha tem sido aplicada e quais são os desafios enfrentados pelo Estado na sua efetiva implementação, principalmente no contexto goiano? Para responder essa problemática, o estudo tratará de diversos aspectos relacionados aos direitos humanos, à legislação e a aplicação (in)eficaz das políticas públicas. Entre os tópicos abordados, serão analisados a historicidade da violência contra a mulher, com ênfase na vida de Maria da Penha Maia Fernandes, os conceitos e tipologias, a abordagem de gênero e direitos humanos, além do impacto da referida lei na dinâmica familiar.

No capítulo seguinte, será explorada a interseccionalidade dos três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) na aplicação da lei, com foco na realidade em Goiás. Serão discutidas a relevância legislativa, a atuação do Judiciário por meio das recentes jurisprudências e a ação do executivo na implementação da lei no estado. No último capítulo, será abordada a responsabilidade do Estado na prevenção e punição da violência doméstica, com ênfase na Justiça Restaurativa, no que pese a proteção à mulher agredida, diminuição da vulnerabilidade e punição dos agressores, de forma que se reduza a reincidência dos casos.

A metodologia utilizada será predominantemente qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental de estudos sobre violência de gênero, jurisprudências relevantes e políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. Além disso, serão analisados dados específicos sobre a implementação da Lei Maria da Penha em Goiás, por meio de relatórios institucionais e estudos de caso, buscando compreender os principais entraves e as boas práticas na aplicação da lei.

Com essa abordagem, o estudo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios que a Lei Maria da Penha enfrenta, oferecendo reflexões sobre possíveis estratégias para fortalecer a proteção dos direitos das mulheres e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

CAPÍTULO I - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DIREITOS HUMANOS

“Enquanto a barca descia, a pobre Maria já sentia a pesada mão de José, o tal marido que de suas artimanhas a distraía. Nos baixos da vida, chegou ao mais vil desencanto, sofrida, abatida, à beira do abismo, fingindo-se de viva, pois morta já quase estava”. (Eloy Melonio).

1.1 HISTORICIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER SOB O PRISMA DA VIDA DE MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES

Em 7 de agosto de 2006, foi promulgada no Brasil a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, com o objetivo de promover mudanças políticas, jurídicas e culturais no combate à violência doméstica. A lei de nº 11.340 ganhou o nome de Lei Maria da Penha. Essa legislação visou reverter os valores sociais que, historicamente, naturalizaram a violência nas relações domésticas e familiares, onde os padrões de supremacia masculina e subordinação feminina eram amplamente aceitos.

A referida lei foi um marco brasileiro de suma importância para a luta feminina em todo o território nacional. Ela tomou esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, cuja trajetória é emblemática na luta contra a violência de gênero. Nascida em 1945, Maria da Penha, biofarmacêutica cearense, se tornou um símbolo de resistência e coragem. Dentre inúmeras ocorrências, uma notável aconteceu em 29 de maio de 1983, enquanto dormia ela foi baleada por seu marido, o professor universitário Marco Antônio Heredia Viveiros, que a deixou paraplégica. Este ato brutal foi apenas um episódio em uma sequência de agressões que Maria da Penha suportou durante o casamento, durante vinte e três longos e doloridos anos, onde também enfrentou tentativas de homicídio por eletrochoque e afogamento.

Durante todos esses anos, Maria da Penha além de temer pela própria vida, como mãe, preocupava também pela segurança de suas três filhas. A violência a qual era submetida não era apenas física, contava também com intimidações psicológicas que a obrigavam a se manter em uma posição de submissão, que afetava diretamente à vida e a paz de sua prole. Após duas tentativas de homicídio, fingia-se de viva, pois morta já quase estava (Eloy Melonio, 2021), decidiu, por fim, romper o silêncio e buscar a justiça. A sua denúncia pública tornou-se marco na luta pelos direitos das mulheres ao culminar na

condenação de seu agressor a 15 anos de prisão, embora ele tenha conseguido evitar a detenção por meio de recursos legais (CFEMEA, 2007).

A história que é de Maria, mas que poderia ser de Ângela, de Eliza, não apenas expõe a gravidade da violência doméstica, mas também ilustra as falhas que o sistema judiciário apresenta ao proteger as mulheres e punir os agressores de forma eficaz. A sua luta, ora pessoal e, posteriormente pública ressoou de Oiapoque ao Chuí, contribuindo para a formulação da Lei Maria da Penha, a qual, em sua essência, é uma forma de reparação simbólica à sua história e à de tantas outras mulheres que enfrentam a violência de gênero, seja antes da sua, como Ângela Diniz ou após, como Eliza Samudio, que evidenciam que a violência doméstica, além de recorrente, é marcada por falhas estruturais na proteção e na punição.

Diante dessa tragédia histórica, a lei supramencionada estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Até o início do século XXI, a legislação brasileira não oferecia proteção adequada às mulheres, e a violência contra elas era tratada de forma superficial, como lesões corporais leves ou ameaças (CFEMEA, 2007). A legislação agora permite a prisão em flagrante ou a decretação de prisão preventiva dos agressores, além de aumentar a pena de detenção para crimes de violência doméstica, de seis meses a um ano, para até três anos. A lei também institui medidas de assistência social, como a inclusão de mulheres em risco em programas assistenciais, promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor (Brasil, 2006).

A Lei Maria da Penha também reconhece a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos, alinhando-se ao Art. 226, parágrafo 8º, da Constituição de 1988, que determina a criação de mecanismos para coibir a violência nas relações familiares. Este reconhecimento é corroborado pela Convenção de Belém do Pará, que busca eliminar a violência contra a mulher na América Latina (OEA, 1994).

Desde sua implementação, a Lei Maria da Penha tem promovido mudanças significativas na dinâmica familiar e nas práticas da sociedade. Um dos avanços notáveis foi a criação de medidas protetivas, em que elas garantem o afastamento do agressor do lar e do convívio e asseguram a segurança das vítimas. Dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás mostram um aumento expressivo no número de medidas protetivas solicitadas, com mais de 97.084 acompanhamentos realizados apenas no primeiro semestre de 2024, representando um crescimento de mais de 330% em relação ao mesmo período do ano anterior (SSP-GO, 2024).

Em nível estadual, iniciativas como o Batalhão Maria da Penha em Goiás e o aumento significativo das medidas protetivas reforçam a importância da implementação local da lei. Programas de reabilitação e apoio psicológico em comunidades têm mostrado resultados positivos, reforçando a importância da prevenção e do apoio às vítimas (Governo de Goiás, 2023).

Apesar das inovações trazidas pela lei, a sua efetiva atuação ainda atravessa percalços. Em razão de toda a questão cultural, que será trazida ainda neste capítulo, muitas agressões permanecem sem serem denunciadas, dificultando a adoção de medidas socioeducativa e a punição efetiva dos agressores e, quando denunciada, muitas vezes não recebe o amparo legal essencial. Os desafios persistem após 18 anos da promulgação da lei. Enfrentamos barreiras culturais e resistência de alguns operadores dos três poderes que ferem de morte a aplicação eficaz das medidas. Muitas mulheres hesitam em buscar ajuda por receio de sofrerem represálias, estigmas sociais e falta de apoio familiar.

A história de Maria da Penha, em sua luta pessoal e resistência, continua a inspirar movimentos em prol dos direitos das mulheres, reforçando a necessidade de um compromisso contínuo na erradicação da violência de gênero. O impacto da Lei Maria da Penha é um fenômeno complexo, que abrange tanto avanços significativos quanto desafios persistentes. A luta pela igualdade de gênero e pela proteção dos direitos humanos requer um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, garantindo que a lei se torne não meramente texto jurídico, mas uma realidade vivida por todas as mulheres brasileiras.

Sobre o conceito de políticas públicas, temos o ensinamento de Silva (2004, p.16).

Por política pública explica-se, de forma simplista, as ações que um governo faz. Para Rúa (1998), uma política pública é o resultado de uma decisão política tomada sobre as alternativas de políticas para atender a determinada demanda. Apresenta uma característica central por ser revestida de autoridade soberana do Poder Público. Rabelo (2001) entende serem as políticas públicas a forma que governos encontram para resolver problemas políticos.

As políticas públicas devem seguir uma ordem lógica de ação, conforme indica Souza (2006, p. 29) “o ciclo constituído dos seguintes estágios: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções e implementação e avaliação”.

O impacto da Lei Maria da Penha é inegável, mas a luta pela erradicação da violência de gênero exige um compromisso constante de todos os setores da sociedade. A trajetória de Maria da Penha continua a inspirar mudanças, e sua história é um lembrete do quanto

ainda precisamos avançar na proteção dos direitos das mulheres. Conforme citado, a necessidade das políticas públicas alhures, não basta estabelecer uma legislação coibitiva da violência, é necessário, portanto, a gama imensa de ações articuladas do governo com a sociedade para que ativamente a legislação faça ativa e operante.

1.2 CONCEITOS E TIPOLOGIAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é um fenômeno sistêmico e devastador, que impacta milhares de pessoas globalmente ao violar direitos humanos fundamentais, comprometendo a dignidade e a integridade física e emocional das vítimas. De acordo com a Declaração das Nações Unidas, de 1948, sobre a Violência Contra a Mulher, aprovada pela Conferência de Viena em 1993, a violência se constitui em “todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade” (Adeodato, 2006, p.2). Este capítulo examina os principais conceitos e tipologias da violência doméstica, destacando suas diversas manifestações e impactos.

A violência doméstica praticada contra a mulher no ambiente doméstico é alicerçada na cultura do patriarcado, em que o homem é o provedor do lar assumindo o papel de chefe e patriarca e, em contrapartida, como resultado dessa lógica patriarcal machista, o homem se torna um agressor incapaz de perceber a igualdade perante a mulher. Para Dias:

A cultura da violência doméstica decorre das desigualdades no exercício do poder, levando assim uma relação de “dominante dominado”, que apesar de se obter avanços na equiparação entre homens e mulheres, a ideologia patriarcal ainda vigora, e a desigualdade sociocultural é uma das principais razões da discriminação feminina. (Dias, 2007, p. 15-16).

Sob esse prisma, na ideologia patriarcal e a desigualdade sociocultural trazida por Dias paira a ideia de poder do mais forte (agressor) sobre o mais fraco (vítima) em que resulta na condição de subordinação entre os pares.

A violência doméstica tem como seu *modus operandi* ocorrer dentro do lar, e o agressor, geralmente, é o indivíduo que mantém ou manteve alguma relação íntima com a vítima. São múltiplas as formas pelas quais a violência se manifesta. Nesta pesquisa, adota-se o seguinte conceito de violência:

Artigo 1º Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher a qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Artigo 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica:

- a) que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;
- b) que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e
- c) que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (OEA, 1994).

Ainda, as descritas no rol exemplificativo da Lei 11.340/06 evidenciando a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, conforme art. 7º da referida lei:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - **a violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - **a violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - **a violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - **a violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - **a violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

1.2.1 Violência Física

A violência física é uma das formas mais evidentes do eventual abuso, pois é aquela que inclui qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. É perceptível tal agressão quando há espancamentos, sacudir e apertar os braços, estrangulamento ou sufocamento, lesões com objetos cortantes ou perfurantes, ferimentos causados por queimaduras ou armas de fogo e tortura (Heise, Ellsberg & Gottmoeller, 2002). Esses atos não apenas causam dor e sofrimento físico, mas também geram traumas psicológicos profundos e duradouros (Walker, 2009).

1.2.2 Violência Psicológica

Ao contrário, a violência psicológica é praticamente invisível, porém, igualmente devastadora. Essa forma de violência estritamente psicológica é de difícil caracterização por não ter início repentino, o agressor paulatinamente apreende a vítima, ao ponto de, com o passar do tempo, uma simples troca de olhar ter o poder de amedrontar.

Considera-se esse tipo de agressão qualquer conduta que resulta em dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher, ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões (Ellsberg & Heise, 2005). Esse tipo de agressão pode ocorrer por meio de insultos, ameaças, gritos, destruição de pertences (Huss, 2011). Alguns comportamentos típicos são as ameaças, constrangimento, isolamento social, manipulação, vigilância constante, perseguição, limitação do direito de ir e vir e liberdade de crença e distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre sua memória e sanidade (fenômeno conhecido como gaslighting) (Jewkes, 2002). Essas formas de abuso corroem a saúde mental da vítima e podem levar a sérios problemas de saúde, incluindo depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (Campbell, 2002).

1.2.3 Violência Sexual

Paralelamente, a violência sexual trata-se de conduta qualquer que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual sem o seu consentimento, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força (Krug Et Al., 2002). Inclui-se o estupro, obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa, impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a abortar, forçar matrimônio, gravidez

ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação, e limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Este tipo de violência não só viola a integridade física da mulher, mas também atenta contra sua autonomia e dignidade (García-Moreno Et Al., 2005).

1.2.4 Violência Patrimonial

Ainda, a violência patrimonial é toda a conduta que configure a restrição de objetos, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, bens ou recursos econômicos da mulher (Un Women, 2019). Infere-se condutas como controlar o dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia, destruição de documentos pessoais, furto, extorsão ou dano, estelionato, privar de bens, valores ou recursos econômicos e causar danos propositais a objetos da mulher ou dos quais ela goste. Esse tipo de violência visa a subjugação econômica da vítima, impedindo-a de alcançar independência financeira e autonomia (Walker, 2009).

1.2.5 Violência Moral

Por fim, a violência moral é qualquer ato que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher (CEDAW, 1979). Vê-se exemplificado em casos de acusações contra a parceira com o intuito de controle sobre a pessoa, como acusar a mulher de traição, emitir juízos morais sobre sua conduta, fazer críticas mentirosas, expor sua vida íntima, rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre sua índole e desvalorizar a vítima pelo seu modo de se vestir (Convenção De Belém Do Pará, 1994). Esse tipo de violência afeta profundamente a autoestima e a imagem pública da vítima, causando danos irreparáveis à sua reputação e dignidade (Jewkes, 2002).

A análise das diferentes formas de violência contra a mulher evidencia a complexidade e a gravidade desse problema social que afeta milhões de brasileiras diuturnamente. A violência física, com suas manifestações evidentes e devastadoras, não é a única expressão desse fenômeno, a violência psicológica, embora menos perceptível, causa danos igualmente profundos, afetando a saúde mental e emocional das vítimas. Da mesma forma, as violências sexuais e patrimoniais, bem como a violência moral, reforçam estruturas de poder desiguais e perpetuam a subjugação da mulher.

O Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo estudou o universo feminino por meio de uma pesquisa nacional inédita, envolvendo a mulher brasileira nos espaços público e privado (Fundação Perseu Abramo, 2002). Foram formuladas 125 perguntas a respeito de temas como saúde, trabalho, sexualidade, violência, educação, trabalho doméstico, cultura, política e lazer, por meio das quais foi avaliada uma amostra de 2.502 mulheres utilizando-se entrevistas pessoais e domiciliares em 187 municípios de 24 estados, abarcando todas as regiões do país.

A referida pesquisa apontou que cerca de 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil, sendo 175 mil ocorrências por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, quatro por minuto, uma a cada 15 segundos. Em 70% dos casos, o agressor é uma pessoa com quem ela mantém ou manteve algum vínculo afetivo.

Cerca de 19% das participantes da pesquisa declararam espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem, sendo 16% de casos de violência física, 2% de alguma violência psíquica e 1% de assédio sexual. Quando foram estimuladas pela citação de diferentes formas de violência, o índice de violência sexista registrado ultrapassou o dobro, alcançando a marca de 43%. Um terço das mulheres (33%) admitiu já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% de ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir, 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmaram já ter sofrido assédio sexual. Um pouco mais da metade das mulheres participantes declarou nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por parte de algum homem (57%). (Fundação Perseu Abramo, 2002).

Outros, assustadores, dados trazidos pela pesquisa supramencionada trouxeram percentuais sobre as formas ou tipos de violência mais comuns registrados pela pesquisa. Na seara de “Mulher brasileira nos espaços público e privado” destacam-se a agressão física, na forma mais branda como tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres; a violência psíquica, como xingamentos, ofensas morais, 18% das participantes; atitudes como a quebra de objetos pessoais, rasgar roupas, atirar objetos e outros meios indiretos de agressão, 15% das entrevistadas; ameaças de espancamento a si próprias ou aos filhos, 12%; vivência da violência psíquica do desrespeito e da desqualificação constantes ao seu trabalho, dentro ou fora de casa, 12%; espancamentos com cortes, marcas ou fraturas, 11%, relações sexuais forçadas, 11%; assédios sexuais, 10%; críticas sistemáticas à atuação como mãe, 18%. A pesquisa apontou, ainda, que 9% das mulheres entrevistadas

já haviam ficado trancadas em casa, impedidas de sair ou trabalhar, 8% foram ameaçadas por armas de fogo e 6% sofreram abuso, tendo sido forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam. (Fundação Perseu Abramo, 2002).

Os dados alarmantes apresentados na pesquisa da Fundação Perseu Abramo, que indicam que uma mulher é agredida a cada 15 segundos no Brasil, reforçam a urgência de uma resposta efetiva da sociedade e do Estado. A predominância de agressões por parte de pessoas próximas revela a natureza íntima e insidiosa da violência doméstica, tornando essencial o reconhecimento da responsabilidade coletiva no combate a essa realidade.

Para enfrentar a violência de gênero, é imprescindível a implementação de políticas públicas eficazes, campanhas de conscientização e a criação de redes de apoio que garantam segurança e autonomia às mulheres. A promoção da igualdade de gênero e a educação sobre direitos humanos devem ser prioridades, não apenas para prevenir a violência, mas para promover uma transformação cultural que desestime comportamentos abusivos.

Portanto, a luta contra a violência doméstica deve ser um compromisso de toda a sociedade, envolvendo todos os setores, com o objetivo de erradicar essa violação de direitos e garantir que as mulheres possam viver com dignidade, segurança e liberdade.

1.3 ABORDAGEM DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica, por ser um instituto tão antigo e enraizado na cultura mundial, torna-se dificultoso encontrar o nascedouro, o que de fato seria o motivo tópico. É notório que essa dificuldade de perfaz devido a inúmeras causas que levam a esse tipo de ato. A principal causa, portanto, é a hierarquia de gênero historicamente estabelecida, a qual se baseia na distinção dos papéis socialmente construídos entre homens e mulheres. A violência de gênero é o fenômeno intrinsecamente ligado às desigualdades sociais que permeiam a sociedade, devido as concepções dominantes e opressoras de masculinidade e feminilidade se configurarem a partir de disputas simbólicas e materiais em diversos contextos, como a família, a comunidade, a igreja e os meios de comunicação (Andrade, 2009). Em geral, aos homens são atribuídos atributos como poder, controle e assertividade, enquanto às mulheres é atribuída a imagem de "sexo frágil", baseado nas características que são consideradas mais emocionais e sensíveis, aspectos que frequentemente são menos valorizados na sociedade (Azevedo, 1985).

Essa desigualdade se reproduz e se naturaliza por meio de uma relação de dominação, na qual os dominados incorporam estruturas que os mantêm em uma posição subalterna, sem que essa submissão seja sempre um ato consciente. A violência de gênero, portanto, resulta das assimetrias de poder que se entrelaçam nas relações sociais, abrangendo não apenas a violência familiar, mas também manifestações em esferas públicas e privadas (GREGORI; DEBERT, 2008).

A naturalização da dominação de gênero ocorre por meio da internalização dessas estruturas de poder, em que homens e mulheres adotam papéis pré-definidos que perpetuam essa desigualdade de forma inconsciente, perpetuando a violência de gênero em diversas esferas. Assim, uma análise mais abrangente das questões de gênero permite uma compreensão mais aprofundada das categorias de violência, tanto a doméstica quanto à contra a mulher (ANDRADE, 2009).

Uma abordagem relevante sobre essa temática é a proposta pela socióloga Heleieth Saffioti, que introduziu o conceito de "dominação patriarcal" (IZUMINO, 2005). Conforme Saffioti (1987), o patriarcado não é apenas um sistema de dominação, mas também de exploração. Nesse sentido, a violência contra a mulher não é um ato isolado, mas um reflexo das relações desiguais de poder, profundamente arraigadas nas estruturas sociais. A análise da violência deve, portanto, ser contextualizada dentro das desigualdades sociais, econômicas e políticas que são perpetuadas por aparatos sociais que reforçam ideologias sexistas, racistas e classistas (GIORDANI, 2006). Esse desequilíbrio cria um ambiente propício para a violência doméstica. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que aproximadamente 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo já sofreu violência física ou sexual, geralmente perpetrada por um parceiro íntimo (OMS, 2021).

A conexão entre violência doméstica e direitos humanos é igualmente fundamental. A violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos, comprometendo não apenas a integridade física e mental das vítimas, mas também sua dignidade e autonomia. O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) enfatiza que a violência de gênero deve ser tratada como uma violação dos direitos humanos, exigindo a responsabilidade dos Estados em proteger mulheres e meninas contra essa violência. Por outro lado, a Convenção de Belém do Pará, promulgada em 1994, reforça esses princípios ao estabelecer medidas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, reconhecendo que essa violência compromete o pleno desenvolvimento

das mulheres e viola seus direitos humanos e liberdades fundamentais (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Além desses documentos, outras convenções e tratados internacionais consideram a violência doméstica uma violação dos direitos humanos. A Convenção de Istambul, aprovada pelo Conselho da Europa em 2011, é um exemplo notável. Define a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação de gênero, e estabelece medidas abrangentes para prevenir a violência, proteger as vítimas e punir os agressores (CONSELHO DA EUROPA, 2011).

Essas ferramentas internacionais reafirmam o direito universal de cada indivíduo à sobrevivência, segurança, liberdade e dignidade. A violência doméstica impede que as vítimas vivam plenamente seus direitos fundamentais. Além disso, a violência doméstica não afeta apenas as mulheres, suas repercussões se estendem a toda a sociedade, perpetuando ciclos de violência e desigualdade que impactam gerações. A ausência de políticas eficazes de prevenção e proteção agrava a situação, criando um ciclo vicioso que marginaliza ainda mais as mulheres e limita seu acesso a direitos fundamentais. A Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993) afirma que todos têm o direito de viver livres de violência, e que os Estados devem adotar medidas eficazes para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres.

Portanto, ao abordar a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos e das desigualdades de gênero, reconhecemos que não basta apenas punir os agressores. É necessário transformar a sociedade por meio de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e garantam a proteção integral das mulheres, quebrando, assim, o ciclo da violência e garantindo a dignidade de todas.

1.4 O IMPACTO DA LEI MARIA DA PENHA NA DINÂMICA FAMILIAR

A Lei Maria da Penha, conforme elucidado no sub tópico 1.1, nasceu de uma relação doméstica tóxica, marcou um ponto de virada no combate à violência doméstica no Brasil. Sua implementação não apenas protegeu as mulheres, mas também alterou profundamente a dinâmica familiar, promovendo mudanças em vários níveis. Segundo Fuster (2002) a família humana é o grupo mais violento dos grupos de animais que habitam na terra, mesmo com a nossa capacidade de raciocínio e discriminação das situações em que estamos envolvidos.

Apesar da sociedade moderna buscar romper com as formas tradicionais de sua organização, no que pese à valorização do papel da mulher no cenário cotidiano e respeito aos seus direitos, Cyrino (2009, p. 67) elucida que “ainda persistem na contemporaneidade, relações hierárquicas entre os gêneros em que os homens assumem, na vida social, posições dominantes e mais valorizadas”.

Depreende-se, dessa forma, que o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e outros entes da família são tratados como atividades exclusivamente femininas e assim, esse “senso comum” dá suporte ao patriarcalismo, que é o causador dos mais variados tipos de violências contra a mulher.

Diante à complexidade do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, as políticas públicas devem ser voltadas a prevenção e ao combate a esse tipo de crime e devem abarcar para além da proteção à mulher, o reconhecimento que a violência familiar é um fenômeno multifacetado, que afeta todos os membros da família, causando maior opressão ao núcleo familiar e gerando tendências transgeracionais.

A família, como instituição social, desempenha um papel fundamental na transmissão de valores culturais, éticos e religiosos. Em alguns casos, esses valores podem incluir atitudes permissivas em relação à violência, perpetuando ciclos de abuso e dominação. Segundo Osório (2002), o processo de intergeracionalidade molda padrões de relacionamento que são transmitidos de uma geração para outra, reforçando a violência como comportamento aceitável dentro do núcleo familiar.

Nesse contexto, a violência doméstica não pode ser analisada como um evento isolado, mas como um problema que gera o comportamento danoso que pode ser reproduzido ao longo das gerações. O não enfrentamento e a normalização de agressões dentro do lar contribuem para a manutenção desses padrões, o que reforça a necessidade de políticas públicas ativas e efetivas que visem romper esse ciclo, como conscientização desde a primeira infância a favor de identificar os tipos e meios de violência e resultar na não incidência transgeracional desta violência.

Para além, é notório que a convivência com um agressor no ambiente familiar é agravada nos momentos em que a família está na residência. Assim, a violência contra a mulher, que já era um problema crônico no Brasil, exacerbou seus efeitos com a pandemia de Covid-19.

O confinamento imposto pelo isolamento social trouxe à tona o agravamento das tensões dentro do lar, em que muitas mulheres foram colocadas em situações de maiores

vulnerabilidades. A pandemia de Covid-19 exacerbou a violência doméstica no Brasil, como evidenciado pelos dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que registrou um aumento de 37,58% nas denúncias de violência em abril de 2020, em comparação com o ano anterior. Esse aumento ressalta como o isolamento social agravou a vulnerabilidade das mulheres e a urgência de reforçar medidas protetivas.

Esses dados, além de alarmantes, são os indicativos de que o isolamento social expôs a violência latente no ambiente doméstico, tornando o “lar” em um espaço hostil, de medo e de perigo. Franceschi (2020) afirma que a violência contra a mulher não é uma “pandemia” nova, mas sim um fenômeno antigo, enraizado no machismo estrutural e na desigualdade de gênero. A pandemia de Covid-19 apenas ampliou o cenário de violência já existente, revelando a necessidade urgente de medidas de proteção mais eficazes.

A intensificação da violência doméstica durante a pandemia reflete a urgência de uma postura mais ativa do Estado na proteção das vítimas. As medidas de proteção estabelecidas pela Lei Maria da Penha são fundamentais, mas precisam ser ampliadas e reforçadas, especialmente em momentos de crise, como durante a pandemia. O Estado deve atuar de maneira intervencionista, criando redes de apoio e oferecendo mecanismos que permitam a denúncia e o acolhimento das vítimas.

A intervenção estatal é essencial para romper com o ciclo de violência intergeracional, promovendo uma cultura de paz e de respeito dentro das relações familiares. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para a educação, conscientização e proteção das vítimas são indispensáveis para transformar o ambiente doméstico em um espaço seguro para todos.

A intensificação da violência doméstica durante a pandemia mostrou a necessidade de uma intervenção mais ativa do Estado. A Lei Maria da Penha é uma ferramenta fundamental, mas precisa ser ampliada e adaptada às novas realidades. O Estado deve agir de forma interventiva, criando políticas públicas que protejam não apenas as mulheres, mas toda a família, rompendo o ciclo de violência intergeracional e promovendo uma cultura de paz dentro do lar.

CAPÍTULO II - INTERSECCIONALIDADE DOS TRÊS PODERES NA PROMOÇÃO DO BEM COMUM

“A sociedade atual (...) assenta numa gigantesca fraude que timidamente começa a ser denunciada. Esta fraude esconde-se por detrás de todos os problemas políticos, religiosos, sociais, económicos e culturais que lhe servem de alibi: trata-se estritamente da relação entre o homem e a mulher.” (Jean Markale)

2.1 A RELEVÂNCIA E EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA REALIDADE GOIANA ATUAL

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) se consolidou como uma das legislações mais significativas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. No estado de Goiás, sua relevância é evidenciada em diversos contextos, refletindo tanto os avanços quanto os desafios na proteção das vítimas e na prevenção dos atos criminosos. Após 18 anos de sua promulgação, a lei trouxe inúmeras mudanças para o cenário goiano, embora ainda enfrente resistência cultural que limita sua efetiva aplicação.

Desde a sua implementação, a Lei Maria da Penha resultou em um aumento substancial no número de denúncias de violência contra a mulher, indicando uma maior conscientização sobre os direitos das vítimas. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento de 40% nos registros de ocorrências de violência doméstica em Goiás após a implementação da lei, o que reflete a eficácia de sua proposta de garantir proteção às mulheres (IPEA, 2021). Essa elevação no número de denúncias é um indicativo positivo, pois demonstra que as mulheres estão mais dispostas a buscar ajuda, além de evidenciar a importância da visibilidade do problema.

A Lei Maria da Penha estabelece, entre outras medidas, a criação de juzizados especializados e a implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento às vítimas. Os juzizados especializados em violência doméstica em Goiás têm proporcionado um atendimento mais ágil e focado, garantindo que as vítimas recebam uma resposta judicial mais rápida e adequada. No entanto, ainda existem desafios na expansão e no acesso a essas unidades, especialmente em áreas mais remotas. O estado de Goiás, alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Políticas para Mulheres criou em 1º de junho de 2007, a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial,

que adotou o nome de SEMIRA, o qual tem como obrigação e meta a implementação de política pública no Plano Plurianual do Governo Federal.

Nesse contexto, foram instituídos juzizados específicos para o tratamento de casos de violência doméstica, permitindo um atendimento mais ágil e especializado. Entretanto, a análise da implementação da lei no contexto goiano revela tanto seus efeitos positivos quanto as dificuldades que ainda limitam sua eficácia plena. A persistência de um sistema patriarcal e a falta de infraestrutura adequada para atender às vítimas são desafios significativos, como ressaltado em um relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre violência contra a mulher (CONTEÚDO JURÍDICO, 2023).

Além disso, embora a lei preveja a formação em Direitos Humanos e violência de gênero para os profissionais da segurança pública, a implementação dessa formação é insuficiente. Uma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão revela que apenas 29% dos profissionais de segurança pública afirmaram ter recebido capacitação específica para lidar com casos de violência doméstica (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2020). Essa falta de capacitação adequada compromete a qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência, pois pode resultar em uma abordagem inadequada, desencorajando as vítimas a buscar ajuda e dificultando o processo de justiça.

Outros estudos indicam que a cultura da vergonha e do medo ainda permeia muitas comunidades, impedindo que as vítimas se sintam seguras para denunciar seus agressores. Em Goiás, a realidade é agravada pela persistência de estigmas sociais que deslegitimam as experiências das mulheres, levando muitas a optarem pelo silêncio em vez de buscar o amparo legal.

Embora a Lei Maria da Penha tenha representado um avanço significativo na proteção das mulheres em Goiás, sua plena efetividade depende de uma resposta integrada que aborde os desafios estruturais e culturais. O fortalecimento da rede de apoio às vítimas, a capacitação contínua dos profissionais envolvidos e a promoção de campanhas de conscientização são essenciais para consolidar a lei como um verdadeiro instrumento de transformação social. Apenas por meio do compromisso coletivo entre o Estado e a sociedade civil será possível garantir um ambiente mais seguro e equitativo para todas as mulheres

2.1.1 Atualizações Legislativas E Seus Impactos Em Goiás

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tem passado por diversas atualizações desde sua promulgação, visando aprimorar os mecanismos de proteção e atendimento às vítimas de violência doméstica. Uma das modificações mais relevantes foi a possibilidade de concessão de medidas protetivas sem a necessidade de representação da vítima, reforçando a celeridade e a eficácia na resposta às situações de violência. Alterações que facilitam o acesso das vítimas à justiça e aumentam as penalidades aos agressores também têm contribuído para uma aplicação mais rigorosa da legislação.

Em Goiás, essas atualizações legislativas geraram impactos significativos, especialmente na ampliação das medidas de proteção às mulheres. O Tribunal de Justiça de Goiás, por exemplo, destaca-se pela celeridade no deferimento de medidas protetivas, com uma média de 72 horas para a análise de pedidos, conforme relatado pela própria instituição (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS, 2022). Essa resposta rápida é crucial para evitar que episódios de violência evoluam para crimes mais graves, como feminicídios.

A secretária da Mulher e do Desenvolvimento Social de Goiás, Dra. Cristina, enfatiza que a criação da Lei Maria da Penha resultou em uma redução significativa dos crimes de violência doméstica nos primeiros anos de vigência. Segundo Dra. Cristina:

Nós vivenciamos uma redução da criminalidade contra a mulher logo nos dois primeiros anos. Houve uma queda impressionante do crime cometido contra a mulher, porque os homens ficaram com medo da lei. O crime não seria mais gratuito, o crime teria uma condenação. (DR. CRISTINA, 2022).

No entanto, com o passar do tempo, os números voltaram a subir:

quando os homens perceberam que o nosso sistema judiciário não iria conseguir manter o processo legal e a condenação, o crime voltou a crescer, principalmente após o período da pandemia, e hoje, infelizmente, estamos presenciando coisas absurdas (DR. CRISTINA, 2022).

Pesquisas recentes mostram que a percepção de segurança das mulheres tem aumentado. Um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que 55% das mulheres em Goiás se sentem mais seguras após a implementação de políticas públicas associadas à Lei Maria da Penha (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Essa melhoria na percepção de segurança reflete o impacto positivo das medidas protetivas e da atuação mais ágil do sistema judiciário.

Outras ações na área da legislação e do apoio às mulheres são promovidas pela Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa de Goiás. A deputada Rosângela

Rezende salienta que o departamento atua na execução de “atividades que promovam o cuidado com a mulher, oferecendo atendimento de qualidade e a garantia de que serão ouvidas e ajudadas, independentemente do local onde peçam ajuda”. Ela ressalta a importância da Procuradoria como forma de fortalecer a rede de apoio em prol das mulheres no estado:

A Procuradoria da Mulher é de extrema importância, pois acolhe mulheres vítimas de violência doméstica, além de atender outras demandas na área da saúde da mulher e assistência social. Ela oferece o suporte necessário para amparar as mulheres, valorizando e empoderando-as em todos os espaços da sociedade (REZENDE, 2022).

A expectativa é pela expansão desse serviço a todos os 246 municípios goianos, com o objetivo de tornar o atendimento acessível em todo o estado. “Convidamos todas as Câmaras Municipais a instalarem as suas próprias Procuradorias, fazendo com que o acesso chegue ao maior número possível de mulheres”, destaca a deputada. Algumas Procuradorias já foram instaladas, como em Nova Veneza e Iporá, e em Mineiros, o projeto já foi aprovado. Além disso, a deputada tem trabalhado em conjunto com a Superintendência da Mulher de Goiás, unindo esforços para garantir uma atuação efetiva além da capital.

A nova legislatura já conta com diversas proposições voltadas para o combate à violência doméstica. A deputada Bia de Lima (PT) apresentou o projeto de lei nº 304/23, que pretende instituir em Goiás a Semana de Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar, a ser comemorada anualmente na primeira semana de agosto, em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha. Além disso, o projeto nº 322/23, também de sua autoria, busca criar um sistema virtual para o recebimento de denúncias de violência doméstica, acessível por meio de aplicativos de dispositivos móveis ou computadores.

Outras iniciativas incluem o projeto nº 787/23, do deputado Lucas Calil (MDB), que visa criar a Central de Atendimento à Mulher vítima de Violência Doméstica do Estado de Goiás, e o projeto de lei nº 197/23, que propõe a concessão de passagens gratuitas para mulheres e dependentes que desejam retornar a seus municípios de origem.

O deputado Cristiano Galindo (Solidariedade) pleiteia a criação da Política Estadual de Reeducação dos Autores de Violência Doméstica, enquanto a deputada Vivian Naves (PP) propõe a regulamentação de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência. O deputado Gustavo Sebba (PSDB) também apresentou um projeto que busca instituir um

formulário para denúncias de violência nas escolas, visando proteger mulheres em situação de vulnerabilidade.

Com 18 anos de existência, a Lei Maria da Penha continua a nortear um conjunto de iniciativas que têm avançado em Goiás nos últimos anos, promovendo renda, moradia, alimentação e segurança para as mulheres em risco. O programa "Goiás por Elas" já alcançou 2.553 mulheres no estado, com um investimento total de R\$ 3,3 milhões, garantindo suporte em áreas como moradia e qualificação profissional.

O governador Ronaldo Caiado assegura que o governo está comprometido em proteger e garantir direitos às mulheres. “Tenham a tranquilidade de denunciar, pois, imediatamente, o Governo de Goiás vai garantir amparo”, afirma. “O dever do Governo de Goiás, e nossa luta diária, é para proteger, garantir direitos e apoiar para que todas nós, mulheres, tenhamos uma vida digna e plena”, acrescenta a coordenadora do Goiás Social, Gracinha Caiado.

Assim, enquanto as atualizações legislativas promovem avanços importantes na proteção das mulheres em Goiás, a verdadeira efetividade da Lei Maria da Penha depende da superação dos desafios estruturais e culturais. Para que as melhorias se traduzam em real proteção e justiça, é crucial que o estado amplie o acesso à informação e aos serviços de apoio, além de fortalecer a capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento às vítimas.

Nesse sentido, apesar dessas inovações legislativas, a efetividade da Lei Maria da Penha ainda enfrenta obstáculos significativos. Muitas mulheres em áreas rurais ou em comunidades vulneráveis continuam a enfrentar dificuldades para acessar esses mecanismos de proteção, seja por falta de informação, seja pela distância dos órgãos competentes. A pesquisa "Retrato da Violência contra a Mulher no Brasil" indica que 68% das mulheres que sofreram violência não buscaram ajuda devido à falta de conhecimento sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2020). Essa realidade enfraquece a aplicação uniforme da lei em todo o estado.

Adicionalmente, a infraestrutura para atendimento às vítimas ainda é deficiente em várias localidades. Embora haja esforços para aumentar o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), a CPMI sobre violência contra a mulher ressaltou que muitas das delegacias existentes carecem de recursos e condições adequadas para oferecer um atendimento de qualidade (CONTEÚDO JURÍDICO, 2023). A

falta de profissionais capacitados e a resistência cultural ainda são barreiras significativas, especialmente em regiões onde a mentalidade conservadora prevalece.

Assim, enquanto as atualizações legislativas promovem avanços importantes na proteção das mulheres em Goiás, a verdadeira efetividade da Lei Maria da Penha depende da superação desses desafios estruturais e culturais. Para que as melhorias legislativas se traduzam em real proteção e justiça, é crucial que o estado amplie o acesso à informação e aos serviços de apoio, além de fortalecer a capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento às vítimas.

2.1.2 Efetividade da Lei Maria da Penha e Redução da Violência Doméstica

A efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) pode ser avaliada pelo seu impacto direto na redução dos casos de violência doméstica e pelo aumento nas denúncias de agressões. Em Goiás, desde a implementação da lei, observou-se um crescimento significativo no número de denúncias e na concessão de medidas protetivas. Esses dados indicam que as vítimas estão cada vez mais confiantes em buscar apoio e denunciar seus agressores. Segundo informações do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), em 2021, foram concedidas mais de 5.000 medidas protetivas, refletindo a celeridade com que o sistema judiciário tem respondido a essas solicitações (TJ-GO, 2022).

As campanhas de conscientização têm desempenhado um papel crucial ao informar as mulheres sobre seus direitos e os recursos disponíveis. Por exemplo, a iniciativa "Pacto pela Vida", implementada pelo governo estadual, busca mobilizar a sociedade e as instituições em torno da proteção das mulheres, promovendo a educação e a sensibilização sobre a violência de gênero (GOVERNADOR DE GOIÁS, 2023). Essa abordagem integrativa é fundamental para empoderar as vítimas e encorajar a denúncia.

Contudo, apesar do aumento das denúncias e da resposta mais rápida do sistema judicial, a violência doméstica permanece um problema grave no estado. Dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás mostram que a taxa de feminicídios no estado continua elevada. Em 2022, Goiás registrou 83 casos de feminicídio, o que representa uma taxa de 3,1 por 100 mil habitantes, uma das mais altas do Brasil (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS, 2023). Isso sugere que, embora a Lei Maria da Penha tenha sido eficaz em muitos aspectos, há uma necessidade urgente de fortalecer as

medidas de prevenção e garantir que as vítimas tenham acesso a um apoio integral e contínuo.

Além disso, o ambiente patriarcal ainda presente em muitos contextos sociais de Goiás contribui para a resistência em relação à mudança de comportamento e à responsabilização dos agressores. Um estudo do Instituto Patrícia Galvão (2021) indica que 53% das mulheres entrevistadas afirmaram não se sentirem seguras ao denunciar seus agressores, devido ao medo de retaliações e à desconfiança nas instituições (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2021). Essa percepção limita o impacto positivo da lei e revela a necessidade de intervenções que não apenas promovam a denúncia, mas também assegurem a proteção das mulheres após a reclamação.

Portanto, para que a Lei Maria da Penha alcance seu pleno potencial em Goiás, é crucial investir em políticas públicas que garantam não apenas a punição dos agressores, mas também a criação de uma rede de apoio efetiva para as vítimas, que inclua atendimento psicológico, assistência social e programas de reintegração. Além disso, ações voltadas à educação e à sensibilização da sociedade sobre a importância do respeito e da igualdade de gênero são fundamentais para transformar a cultura que perpetua a violência.

2.1.3 Desafios Na Implementação Da Lei Maria Da Penha Em Goiás

A implementação plena da Lei Maria da Penha enfrenta uma série de desafios em Goiás que comprometem sua eficácia e o bem-estar das vítimas. Entre os principais obstáculos estão a resistência cultural, a insuficiência de recursos e a desigualdade no acesso aos serviços de proteção, especialmente em áreas mais remotas.

A resistência cultural é um dos maiores empecilhos para a aplicação efetiva da lei. Em muitas comunidades, a violência doméstica ainda é considerada um assunto privado, o que dificulta a denúncia e o combate ao problema. O machismo estrutural, presente em diversas esferas da sociedade goiana, perpetua esse cenário. Um estudo do Instituto Patrícia Galvão (2021) revelou que 53% das mulheres afirmam não se sentir seguras ao denunciar seus agressores, evidenciando a necessidade de um trabalho contínuo de conscientização e educação para desconstruir essas ideias (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2021). O silêncio e o estigma em torno da violência doméstica muitas vezes

impedem as mulheres de buscar ajuda, refletindo uma cultura que ainda valoriza a privacidade familiar em detrimento da segurança da mulher.

Outro desafio significativo é a limitação de recursos. Embora a legislação seja robusta, a falta de infraestrutura adequada para acolher as vítimas e garantir sua segurança continua a ser um problema em Goiás. Dados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher indicam que muitos municípios do estado carecem de delegacias especializadas no atendimento à mulher e que o número de abrigos é insuficiente para atender à demanda (CONTEÚDO JURÍDICO, 2023). Além disso, a capacitação de profissionais que lidam diretamente com as vítimas, como policiais, assistentes sociais e juízes, ainda precisa ser aprimorada. A formação inadequada pode levar a atendimentos insensíveis e à revitimização das mulheres, o que é inaceitável em um sistema que deveria oferecer proteção.

A desigualdade no acesso aos serviços de proteção também é um ponto crítico. Em áreas urbanas, há uma rede de proteção mais consolidada, com a presença de delegacias, centros de atendimento e abrigos. No entanto, em áreas rurais e comunidades mais isoladas, o acesso a esses serviços é severamente limitado. Muitas vezes, as vítimas precisam percorrer longas distâncias para acessar os órgãos competentes, o que desincentiva a denúncia e a busca por ajuda. O relatório da Superintendência de Políticas para as Mulheres de Goiás destaca que mulheres em regiões rurais frequentemente enfrentam barreiras significativas, como falta de informação e distância dos serviços, o que as torna ainda mais vulneráveis (SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE GOIÁS, 2023).

A Lei Maria da Penha tem se mostrado uma ferramenta essencial na luta contra a violência doméstica em Goiás, promovendo avanços significativos na proteção das vítimas e no combate aos agressores. As atualizações legislativas e a criação de mecanismos de proteção mais ágeis têm contribuído para uma resposta mais eficaz à violência de gênero, refletindo-se no aumento das denúncias e na concessão de medidas protetivas. Contudo, a plena efetividade da lei ainda enfrenta desafios, como a resistência cultural, a limitação de recursos e as disparidades no acesso aos serviços de proteção. Para que a Lei Maria da Penha alcance todo o seu potencial, é necessário um esforço contínuo e coordenado entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de uma maior conscientização da sociedade sobre a importância de enfrentar a violência de gênero em todas as suas formas.

2.2 AÇÃO MULTISSETORIAL E JURISPRUDÊNCIAS: O PAPEL DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

2.2.1 Desafios e Avanços na Implementação da Lei Maria da Penha: O Papel dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em Goiás

O reconhecimento da violência de gênero como um problema de todos e, portanto, do Estado, é um marco fundamental para a formulação de políticas públicas voltadas ao seu enfrentamento. O governo brasileiro tem implementado diversas ações para prevenir e combater a violência contra a mulher, destacando-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) durante o governo do Presidente José Sarney (1985-1989). Esse conselho tinha como objetivo formular propostas específicas para eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação em atividades políticas, econômicas e culturais. No entanto, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o CNDM foi desarticulado, embora suas atividades tenham sido retomadas posteriormente, sem a mesma relevância inicial. Mesmo assim, sua atuação foi crucial, pois contribuiu para que muitas reivindicações feministas fossem incluídas na nova Constituição Federal de 1988 (SANTOS, 2009).

Para enfrentar a violência contra a mulher, o Brasil conta com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, cuja principal finalidade é estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações que previnam e combatam essa violência. Essa política também visa garantir os direitos das mulheres em situação de violência, fundamentando-se em convenções e instrumentos internacionais de Direitos Humanos (BRASIL, 2011). A estrutura da Política Nacional se baseia no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que foi desenvolvido a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 sob a responsabilidade do CNDM.

No Estado de Goiás, a abordagem ao combate à violência contra a mulher é abrangente e estruturada, fundamentando-se em quatro eixos principais: prevenção, combate, assistência e garantia de direitos. O primeiro eixo, Prevenção, concentra-se em ações educativas e culturais para desconstruir padrões sexistas. Essa iniciativa envolve campanhas de conscientização, workshops e atividades comunitárias que promovem a igualdade de gênero e sensibilizam a população sobre a gravidade da violência doméstica.

O objetivo é criar uma mudança de mentalidade na sociedade, proporcionando um ambiente mais seguro e respeitoso para as mulheres.

O segundo eixo, Combate, enfoca as medidas punitivas e a aplicação rigorosa da Lei Maria da Penha. Nesse contexto, o Estado se empenha para garantir que as leis sejam efetivamente implementadas, promovendo um sistema judiciário que responda de forma rápida e eficaz às denúncias de violência. Isso inclui o fortalecimento das instituições responsáveis pela aplicação da justiça e a capacitação de profissionais para garantir um acompanhamento mais próximo dos casos.

A Assistência, terceiro eixo, refere-se à criação de uma rede de atendimento abrangente para as vítimas de violência, que oferece suporte psicológico e jurídico, além de capacitar agentes públicos para atender adequadamente as necessidades das mulheres em busca de ajuda. O objetivo é assegurar que as vítimas tenham acesso a recursos que as auxiliem na reconstrução de suas vidas e na superação dos traumas resultantes da violência. Por último, o eixo de Garantia de Direitos se concentra na implementação de legislações nacionais e internacionais, assegurando que os direitos das mulheres sejam respeitados e promovidos, incluindo iniciativas voltadas para sua autonomia.

Um exemplo emblemático da efetividade dessas políticas públicas em Goiás é a criação de grupos reflexivos para autores de violência, fruto de parcerias entre o Tribunal de Justiça de Goiás, a Secretaria Cidadã, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e o Conselho da Comunidade na Execução Penal de Aparecida de Goiânia. Esses grupos funcionam como assembleias reflexivas, onde autores de violência doméstica participam de encontros semanais em diversas cidades. Durante as reuniões, conduzidas por psicólogos e assistentes sociais, os participantes são encorajados a refletir sobre suas ações e compreender as consequências de seus comportamentos, com o objetivo de reduzir a reincidência da violência, o qual será tratado no capítulo III.

Entretanto, a implementação da Lei Maria da Penha em Goiás enfrenta desafios significativos que comprometem a eficácia de suas diretrizes e o acesso das vítimas à justiça. A precariedade dos sistemas públicos de atendimento, somada a uma infraestrutura insuficiente, coloca em risco a proteção das vítimas de violência doméstica. A Superintendência da Polícia Civil de Goiás afirma que investigações de homicídios de mulheres têm prioridade, mas enfrenta recursos limitados e infraestrutura deficiente. Apesar da criação em andamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

(DEAMs), sua implementação é incipiente, especialmente nas regiões mais afastadas, onde a demanda por atendimento especializado é urgente (CONTEÚDO JURÍDICO, 2023).

Outro aspecto preocupante é o acesso limitado a medicamentos de emergência para vítimas de violência sexual. Muitas são encaminhadas ao Hospital Materno Infantil, mas o deslocamento para receber o kit de profilaxia é um obstáculo significativo, desestimulando a busca por atendimento. Além disso, as condições inadequadas nas delegacias frequentemente dificultam que a polícia conduza as mulheres ao Instituto Médico Legal (IML), forçando-as a enfrentar sozinhas essa experiência traumatizante (CONTEÚDO JURÍDICO, 2023). A capacitação dos profissionais que lidam com esses casos é crítica; embora existam cursos teóricos sobre Direitos Humanos e violência contra a mulher, a falta de formação específica demonstra uma lacuna significativa na preparação dos agentes, o que perpetua um ciclo de impunidade.

Adicionalmente, a informatização dos registros policiais é uma preocupação. Apesar de oficialmente considerada informatizada, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) constatou problemas recorrentes no preenchimento adequado dos boletins de ocorrência, dificultando a coleta de dados sobre crimes de violência doméstica. A precariedade das instalações e a falta de equipamentos nas delegacias limitam ainda mais a capacidade de resposta da justiça (CONTEÚDO JURÍDICO, 2023). Com 27.893 ocorrências registradas nos últimos cinco anos, sendo 522 relacionadas a crimes sexuais, a falta de informações claras sobre os inquéritos instaurados evidencia a ineficácia do sistema judicial e um descaso com as vítimas, comprometendo a confiança da população nas instituições (CONTEÚDO JURÍDICO, 2023).

O primeiro vice coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Vitor Umbrelino, destacou a importância do Judiciário na mitigação da violência doméstica, enfatizando que “é preciso ter um olhar diferenciado e entender que a vítima não confia, por vezes, no sistema de justiça” (UMBRELINO, 2024). A defensora pública Tatiana Mariaé Bronzato Nogueira também levantou preocupações sobre a revogação de medidas protetivas, frequentemente associadas a altos riscos para as vítimas. Segundo dados da Procuradoria, 33% das revogações ocorrem por tentativas de reconciliação, enquanto 22% se justificam pela crença de que o agressor não representa mais uma ameaça (NOGUEIRA, 2024).

A superintendente da Mulher em Goiás, Mariana Gidrão, ressaltou a necessidade de uma abordagem baseada em dados para orientar ações efetivas contra a violência

doméstica. “Quando começamos a dar atenção e mostramos que os agressores serão responsabilizados, eles repensarão na hora de agredir” (GIDRÃO, 2024). A delegada Ana Elisa Gomes mencionou a importância de discutir a Lei Maria da Penha e a implantação do aplicativo "Mulher Segura" como uma ferramenta adicional de proteção (GOMES, 2024).

A procuradora da mulher na Assembleia Legislativa de Goiás, Dr^a Cristina, compartilhou sua experiência pessoal como vítima de violência doméstica, destacando a importância de uma rede de proteção efetiva. O evento promovido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, que incluiu 24 magistradas e magistrados designados para a força-tarefa de julgamentos, mostrou a relevância da discussão sobre a violência doméstica e os altos índices de feminicídio (CRISTINA, 2024).

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam um aumento significativo no número de processos relacionados à violência doméstica, com novos registros passando de 17.257 em 2020 para 31.404 em 2023. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 revelou que Goiás registrou 137 homicídios de mulheres em 2022, com uma leve redução para 125 em 2023, mas ainda enfrenta um número alarmante de tentativas de homicídio e feminicídios (ANUÁRIO, 2024).

Neste contexto, a Campanha Protege, iniciada pelo Tribunal de Justiça de Goiás, visa garantir que todas as medidas protetivas solicitadas sejam analisadas no mesmo dia em que são requeridas, especialmente em períodos de maior risco.

Esses dados confirmam que Goiás enfrenta desafios profundos na implementação de políticas efetivas de proteção às mulheres. O sistema público, em vez de garantir segurança e acolhimento, perpetua a vulnerabilidade e marginalização das vítimas. Portanto, é imperativo que haja uma mobilização conjunta entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para promover reformas estruturais e investimentos adequados. A eficácia da Lei Maria da Penha não deve ser uma mera formalidade, mas uma realidade que efetivamente proteja as mulheres e garanta seus direitos fundamentais.

2.2.2 Atuação do Judiciário por meio das Jurisprudências

As vítimas da violência doméstica, quando criam coragem e quebram o silêncio primeiro desafio que é denunciar, enfrentam o segundo desafio que é ser escutada de forma assertiva em que seus direitos sejam diretamente respeitados e acolhidos, para criar um

ideal de segurança para a denúncia. Assim, o sistema judicial possui grande responsabilidade em julgar os casos, na medida de sua violência e especificidades para determinarem de forma mais justa o que cabe em cada caso.

Para isso, é análise criteriosa de cada caso e a aplicação das normas pertinentes. Para efeitos exemplificativos é primordial observação de casos reais goianos, assim, um caso emblemático ocorreu em Formosa, Goiás, onde uma vítima foi brutalmente agredida por seu ex-parceiro. A vítima, que se encontrava em um bar, foi atacada com um golpe de faca e, em seguida, arrastada por um veículo, resultando em seu falecimento no local. Essa situação levanta questões sobre a necessidade de um encarceramento preventivo e os riscos de prisões por tempo indeterminado, dada a alta quantidade de processos que chegam às Varas Criminais.

Assim, o Tribunal de Justiça de Goiás decidiu, de forma coesa, a denegar o habeas corpus ora pleiteado a fim de manter a segurança pública e devida punição do agente do crime, observemos:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. FEMINICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA E PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Impõe-se a manutenção da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente quando satisfatoriamente alicerçada em fundamentos concretos dos autos a respeito da existência de materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria, fulcrada, sobretudo na gravidade do delito e no 'modus operandi', visando a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. São inaplicáveis as medidas cautelares diversas da prisão quando demonstradas insuficientes para garantir a proteção da ordem pública, da conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal. ORDEM DENEGADA. ITANEY FRANCISCO CAMPOS - (DESEMBARGADOR), 1ª Câmara Criminal, Publicado em 16/08/2019.

Conforme o entendimento jurisprudencial, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás negou um pedido de habeas corpus em favor de um acusado de feminicídio, fundamentando sua decisão na gravidade do crime. A Primeira Câmara Criminal acolheu o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, destacando que a prisão preventiva do acusado era justificada pelas circunstâncias do crime e pela periculosidade do autor. O relato indica que, no dia do incidente, a vítima estava em um bar e foi atacada após a abordagem do ex-parceiro, culminando em sua morte. O Judiciário, ao analisar o caso, observou a necessidade de manter a prisão preventiva para garantir a ordem pública e a regular tramitação da ação penal.

No caso específico, a defesa alegou que a prisão preventiva era ilegal, argumentando que o paciente não teve a oportunidade de relatar sua versão dos fatos antes da decretação da prisão. No entanto, o Tribunal considerou que a gravidade do crime e os indícios de sua culpabilidade justificavam a medida cautelar. O parecer da Procuradoria-Geral de Justiça reforçou a ideia de que a cautelaridade da prisão é necessária para garantir a aplicação da lei penal e a proteção da sociedade.

Além disso, as decisões dos tribunais refletem uma interpretação rigorosa da legislação, que enfatiza que a violência doméstica, ou nesse caso, o feminicídio deve ser reconhecido não apenas por sua condição objetiva, mas também pela motivação subjetiva do autor, que envolve padrões históricos de desigualdade e subjugação das mulheres. A jurisprudência atual busca, assim, não apenas punir os agressores, mas também compreender as nuances que cercam cada caso, promovendo uma justiça mais eficaz e sensível às questões de gênero, observemos:

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CONDENAÇÃO. SUFICIÊNCIA DE PROVAS. DOSIMETRIA ALTERADA. DANOS MORAIS. EXCLUSÃO. INVIABILIDADE. SURSIS PENAL AFASTADO. **1. Observada a situação de vulnerabilidade da vítima em decorrência de seu gênero, caracterizada está a situação fática legitimadora da incidência da Lei Maria da Penha. 2. Nos crimes cometidos em contexto de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância, mormente quando corroborada por outros elementos de prova.** 3. Consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça, o aumento por cada agravante deve ser 1/6 da pena-base, salvo fundamentação que justifique a utilização de quantum maior. 4. Inviável a exclusão da reparação mínima, vez que, a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher implica a ocorrência de dano moral in re ipsa, dispensando discussão sobre a efetiva comprovação do dano para fixação de valor indenizatório mínimo (Precedentes STJ). 5. Reduz-se o valor indenizatório para um salário-mínimo, em atenção a proporcionalidade. 6. Deve ser afastado o sursis (CP, art. 77) quando este se torna mais gravosa que a pena corpórea aplicada. 7. Apelo conhecido e parcialmente provido. VICENTE LOPES DA ROCHA JÚNIOR,^{3ª} Câmara Criminal, Publicado em 31/03/2023 11:12:25 (grifo nosso)

É importante notar que, apesar da crescente jurisprudência, muitos casos ainda não chegaram aos tribunais, e a falta de uniformidade nas decisões pode resultar em interpretações variadas sobre a aplicação da norma. Contudo, a evolução dos entendimentos jurídicos é essencial para enfrentar a realidade da violência contra a mulher, garantindo que a lei seja aplicada de maneira justa e efetiva em todos os casos de violência de gênero e feminicídio.

2.2.3 Impacto das decisões judiciais

As decisões judiciais têm um papel crucial na aplicação da Lei Maria da Penha, moldando não apenas os resultados de casos individuais, mas também estabelecendo precedentes que influenciam a interpretação da legislação em todo o país. Desde sua promulgação em 2006, essa lei se consolidou como um instrumento vital para a proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. No entanto, sua efetividade depende da forma como as decisões são tomadas e aplicadas pelos tribunais, como evidenciado em casos como o de Formosa, Goiás, onde a brutalidade de um feminicídio levou à negativa de habeas corpus ao agressor:

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE FEMINICÍDIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES QUE CONVERTEU A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA E INDEFERIU O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO. INOCORRÊNCIA. PREDICADOS PESSOAIS. RELEVÂNCIA. (...) 1) Estando as Decisões combatidas calcadas na materialidade, nos indícios de autoria, na gravidade Concreta do crime, demonstrando fortes indícios de propensão à prática delitiva, não há Que se falar em ilegalidade da prisão preventiva, mormente por restarem preenchidos Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. 2) Os ornamentos pessoais do paciente, ainda que comprovados, por si sós não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. Além do mais, não restaram comprovadas a residência fixa do paciente no distrito da culpa e a sua ocupação lícita. 3) A prisão provisória não fere o princípio constitucional da presunção de inocência, pois, a própria Constituição, no artigo 5º, inciso LXI, permite a possibilidade de prisão em flagrante ou por ordem fundamentada e escrita da autoridade competente. 4) São inaplicáveis as medidas cautelares diversas da prisão quando demonstradas insuficientes para garantir a proteção da ordem pública, da Conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA (GOIÁS, 2019).

Um estudo do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 revelou que, apesar da redução de 10% nos feminicídios, muitas vítimas ainda enfrentam barreiras significativas ao buscar justiça. As decisões judiciais têm o potencial de consolidar um entendimento mais amplo sobre a gravidade da violência de gênero. Autores como Maria Berenice Dias, em "A Lei Maria da Penha: Comentários e Interpretações" (2020), enfatizam que "o Judiciário deve ser um aliado no enfrentamento da violência doméstica, promovendo decisões que reflitam a realidade das vítimas e a urgência de sua proteção".

Entretanto, a aplicação da Lei Maria da Penha ainda enfrenta desafios significativos. Muitas decisões judiciais são influenciadas por uma resistência cultural que minimiza a gravidade dos atos de violência. Pesquisas indicam que cerca de 30% das mulheres que denunciam violência não se sentem seguras no sistema de justiça, refletindo um temor de

que suas experiências não serão levadas a sério (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021). Este cenário ressalta a importância de uma jurisprudência que seja sensível e responsiva às necessidades das vítimas, algo que se torna evidente em decisões como a do Tribunal de Justiça de Goiás, que enfatizou a gravidade da situação ao negar a liberdade ao acusado de feminicídio.

A formação inadequada de juízes e operadores do direito é outro fator crítico que compromete a efetividade das decisões judiciais. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que muitos profissionais carecem de treinamento específico em questões de gênero e violência doméstica, resultando em sentenças que não consideram adequadamente o contexto de violência (IPEA, 2021). Essa realidade sublinha a necessidade de capacitação contínua, não apenas nas faculdades de direito, mas também em programas de formação continuada para magistrados e demais operadores do sistema de justiça.

Adicionalmente, a criação de varas especializadas em violência doméstica tem se mostrado uma estratégia eficaz. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estados que implementaram essas varas observaram melhorias na celeridade e na qualidade das decisões. Esses tribunais são mais aptos a entender a complexidade das relações de gênero e a urgência que envolve os casos de violência, garantindo respostas mais rápidas e eficazes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Por outro lado, decisões que se afastam da aplicação rigorosa da Lei Maria da Penha podem ter consequências desastrosas para as vítimas. Quando os juízes não consideram a gravidade dos casos ou aplicam penas brandas, isso não apenas desestimula novas denúncias, mas também perpetua um ciclo de impunidade. Portanto, é fundamental que o Judiciário atue de forma proativa, criando jurisprudências que efetivamente protejam as vítimas, como demonstrado pelo Tribunal de Justiça de Goiás ao reconhecer a necessidade de uma resposta judicial firme em casos de feminicídio.

Em suma, para que o impacto das decisões judiciais na aplicação da Lei Maria da Penha seja verdadeiramente positivo, é imprescindível promover uma mudança cultural, capacitar os profissionais do direito e fortalecer as estruturas judiciais que lidam com a violência doméstica. Com um compromisso renovado de todos os envolvidos, será possível avançar na proteção das mulheres e na construção de um sistema de justiça mais equitativo e eficaz.

2.2.4 Ação do executivo na implementação da Lei

O papel do Poder Executivo na implementação da Lei Maria da Penha é crucial para a efetividade das políticas de proteção às vítimas de violência doméstica. Em Goiás, essa atuação se materializa por meio de uma série de iniciativas que visam oferecer apoio integral às mulheres em situação de vulnerabilidade. Os dados alarmantes de 2023, com 31 crimes de feminicídio, 192 casos de estupro, 8.204 registros de ameaça e 5.671 de lesão corporal, evidenciam a necessidade urgente de ações eficazes e contínuas para combater a violência de gênero (Secretaria de Segurança Pública de Goiás, 2023).

A criação de estruturas especializadas, como abrigos e centros de atendimento psicológico e jurídico, é fundamental para garantir que as vítimas tenham acesso a serviços adequados. O investimento em capacitação de servidores públicos, incluindo policiais, assistentes sociais e profissionais de saúde, é igualmente essencial. A formação contínua permite que esses profissionais respondam de maneira mais sensível e eficaz às necessidades das vítimas. O Batalhão Maria da Penha, estabelecido em 2020, exemplifica esse esforço, com policiais treinados especificamente para lidar com casos de violência contra a mulher. Isso representa um avanço significativo na proteção das vítimas e na prevenção de novos casos.

Além disso, as delegacias especializadas, reestruturadas para incluir psicólogos e assistentes sociais, têm se mostrado mais eficazes no atendimento às mulheres em situação de violência. Estudos apontam que um atendimento humanizado pode aumentar a confiança das vítimas no sistema de justiça, incentivando-as a denunciar os abusos (Dias, 2020).

A integração entre diferentes secretarias, como saúde, segurança pública e assistência social, é um aspecto fundamental para garantir uma resposta coordenada e eficaz à violência doméstica. Em Goiás, essa integração tem sido observada em algumas regiões, mas ainda carece de uma expansão mais homogênea em todo o estado. O estabelecimento de Salas Lilás em Goiânia e Aparecida de Goiânia é um exemplo positivo dessa integração, oferecendo um espaço acolhedor para o atendimento de vítimas, onde são realizados exames de corpo de delito e proporcionado suporte psicológico.

A secretária de Projetos Especiais da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa de Goiás, Dra. Cristina, enfatiza a necessidade de abordar a questão da violência de forma ampla: “Não podemos pensar só na mulher, mas ter também essa

preocupação voltada para as crianças e o agressor. ” Essa visão holística é vital para quebrar o ciclo de violência e promover mudanças sociais duradouras.

Em um mundo cada vez mais digital, o uso de tecnologia para facilitar o acesso às informações e serviços de proteção é imprescindível. O Aplicativo Mulher Segura, lançado em 2023 e já com mais de 12 mil downloads, é um exemplo de como a tecnologia pode ser utilizada para oferecer um canal direto para que as mulheres denunciem casos de violência e solicitem medidas protetivas. Essa inovação contribui não apenas para a segurança das vítimas, mas também para a desburocratização do acesso à justiça.

Adicionalmente, propostas legislativas, como a de autoria da deputada Bia de Lima, que visa instituir a Semana de Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar, demonstram um esforço para aumentar a conscientização e mobilizar a sociedade em torno da importância da proteção às mulheres. Tais iniciativas são essenciais para fomentar uma cultura de respeito e igualdade, fundamentais para a erradicação da violência de gênero.

Apesar dos avanços, o maior desafio do Executivo continua sendo a alocação de recursos suficientes para financiar essas iniciativas e garantir que a rede de proteção funcione adequadamente. A atuação do Governo de Goiás em promover campanhas educativas e capacitar os profissionais envolvidos é um passo importante, mas é necessário um compromisso contínuo para garantir a implementação efetiva dessas políticas.

Em suma, embora haja avanços significativos na implementação da Lei Maria da Penha em Goiás, ainda é fundamental que o Poder Executivo trabalhe na alocação de recursos, na formação de profissionais e na promoção de uma integração eficaz entre os diferentes setores do governo. Com um enfoque renovado e um compromisso sério com a proteção das mulheres, é possível construir uma rede de apoio robusta e efetiva, capaz de enfrentar a violência doméstica e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2.5 Articulação entre os poderes para garantir a efetividade da Lei

A articulação entre o Executivo, Legislativo e Judiciário é essencial para garantir a plena efetividade da Lei Maria da Penha. O Legislativo, ao aprovar leis complementares e promover ajustes na legislação, desempenha um papel fundamental na adaptação das normas às realidades locais e na criação de um ambiente jurídico mais robusto. Em Goiás, o surgimento de novas legislações que fortalecem os mecanismos de proteção tem se

mostrado positivo, embora ainda enfrente desafios relacionados à resistência política e à falta de prioridade em algumas agendas governamentais.

Um exemplo de iniciativa legislativa é o projeto de lei da deputada Bia de Lima, que visa instituir a Semana de Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar. Essa proposta demonstra como o Legislativo pode mobilizar a sociedade em torno da importância da proteção às mulheres e do fortalecimento da Lei Maria da Penha.

Além disso, a colaboração entre os três poderes é crucial para garantir um sistema de justiça mais inclusivo e acessível. Essa integração deve considerar as realidades e vulnerabilidades de diferentes grupos sociais, como mulheres em situação de pobreza, mulheres negras e indígenas, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais para acessar a justiça. Um estudo do Mapa da Violência 2012 revela que Goiás ocupa a 9ª posição no ranking nacional, com uma taxa de 5,7 homicídios femininos por 100 mil mulheres, enquanto Goiânia é a 7ª capital mais violenta do país, com 6,8 homicídios a cada 100 mil mulheres. Esses dados destacam a urgência de uma resposta integrada e eficaz para combater a violência de gênero.

A formação de redes colaborativas entre os poderes, a sociedade civil e as comunidades locais tem mostrado resultados promissores, especialmente em campanhas de conscientização e na construção de uma rede de apoio às vítimas. Essas iniciativas não apenas visam sensibilizar a população, mas também promover a empatia e o entendimento sobre a gravidade da violência doméstica. Programas que envolvem a participação ativa de líderes comunitários e organizações não governamentais podem ser particularmente eficazes em áreas onde o acesso à justiça é limitado.

Para que essa articulação entre os poderes seja verdadeiramente efetiva, é necessário um compromisso contínuo e recursos adequados para implementar as políticas e programas necessários. As capacitações de profissionais do sistema de justiça, bem como a sensibilização dos operadores do direito, são fundamentais para assegurar que as leis sejam aplicadas de maneira justa e eficiente. Além disso, é essencial que a sociedade civil tenha voz ativa no processo de formulação e monitoramento das políticas públicas relacionadas à violência contra a mulher.

Em resumo, a articulação entre o Executivo, Legislativo e Judiciário é indispensável para garantir que a Lei Maria da Penha cumpra seu propósito de proteger as mulheres e promover uma cultura de respeito e igualdade. Apenas com um esforço conjunto e contínuo

será possível criar um ambiente seguro e justo para todas as mulheres, especialmente aquelas que pertencem a grupos historicamente marginalizados.

Portanto, a interseccionalidade entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é imprescindível para que a Lei Maria da Penha seja aplicada de forma eficaz e abrangente em Goiás. As decisões judiciais desempenham um papel central na definição da jurisprudência, influenciando a forma como a lei é interpretada e executada. Ao mesmo tempo, o Executivo tem a responsabilidade de implementar políticas públicas que sustentem o funcionamento da rede de proteção às vítimas, enquanto o Legislativo deve garantir que o arcabouço legal esteja alinhado às necessidades locais. A articulação entre esses poderes é o caminho mais promissor para enfrentar os desafios e fortalecer a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica no estado.

CAPÍTULO III - A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA PREVENÇÃO E PUNIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM GOIÁS SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

“Nosso povo cresceu, assumiu o seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça social e a dignidade do Estado. Estamos aqui para dar a essa vontade indomável o sacramento da lei. A Constituição deve ser – e será – o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro”. (Ulisses Guimarães)

3. APOIO À MULHER AGREDIDA

3.1 Medidas estatais para promoverem o apoio à mulher agredida

É responsabilidade primordial do Estado em promover o apoio às mulheres agredidas para que amplie o entendimento de segurança da denúncia. Ora, para que uma mulher no estado máximo de vulnerabilidade possa se sentir segura a denunciar o seu agressor, esta precisa ter a certeza de que não irá continuar ou ampliar seu estado indefeso e perpetuar a violência.

Para tanto, é necessário a disponibilização de abrigos seguros, centros de atendimento psicológico e serviços de saúde para garantir que as vítimas se encontrem em um ambiente acolhedor e protegido. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), a criação de abrigos e serviços especializados não apenas oferece um refúgio físico, mas também um espaço para a reconstrução emocional e social das vítimas.

Além desses abrigos, a oferta de serviços de saúde deve incluir acompanhamento psicológico e médico, considerando individualmente as consequências físicas e emocionais da violência sofrida. Programas que integram assistência social e saúde mental são cruciais, pois muitas vítimas enfrentam traumas profundos que requerem atenção especializada. Um estudo realizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) aponta que o suporte psicológico é vital para a recuperação das vítimas, ajudando a restabelecer sua autoestima e autonomia.

A eficácia das políticas públicas voltadas à proteção das vítimas é um pilar central na responsabilidade do Estado. Em Goiás, iniciativas como o Batalhão Maria da Penha e as Salas Lilás têm se mostrado eficazes na implementação da Lei Maria da Penha,

oferecendo um atendimento humanizado e focado nas necessidades das mulheres. No entanto, ainda existem desafios significativos, como a resistência política e a escassez de recursos financeiros que podem comprometer a continuidade e a qualidade desses serviços.

A criação de um sistema de monitoramento e avaliação das políticas implementadas é essencial para garantir sua eficácia. Isso permitiria identificar lacunas e ajustar as ações conforme necessário. A mobilização de dados sobre a violência de gênero e o mapeamento de serviços disponíveis são passos cruciais para uma resposta mais efetiva por parte do governo.

Iniciativas de educação e conscientização são fundamentais para a prevenção da violência e o apoio às vítimas. A promoção de campanhas educativas em escolas e comunidades visa não apenas sensibilizar a população sobre os direitos das mulheres, mas também criar um ambiente de apoio e solidariedade. Programas de formação para educadores, líderes comunitários e profissionais de saúde podem ser particularmente eficazes para disseminar informações e empoderar as mulheres.

A experiência de campanhas exitosas, como a "Não é Não" e "Maria da Penha Vai à Escola", mostram que a educação é uma ferramenta poderosa para transformar atitudes em relação à violência de gênero. Essas iniciativas têm o potencial de engajar a sociedade em um diálogo sobre igualdade de gênero e respeito, contribuindo para a construção de uma cultura mais inclusiva. Além disso, o envolvimento de organizações não governamentais (ONGs) e grupos de apoio tem sido crucial para criar uma rede de suporte para as vítimas. Essas organizações frequentemente oferecem serviços de orientação jurídica, acolhimento emocional e acompanhamento contínuo, complementando o trabalho do Estado.

A responsabilidade do Estado na prevenção e punição da violência doméstica em Goiás requer uma abordagem integrada e multidimensional. A combinação de serviços de apoio, políticas públicas eficazes e iniciativas de educação e conscientização é essencial para garantir a proteção das mulheres e promover um ambiente seguro e justo. A articulação entre os diferentes setores do governo e a colaboração com a sociedade civil são fundamentais para enfrentar os desafios persistentes e construir um futuro onde a violência de gênero seja inaceitável.

3.2 Diminuição da Vulnerabilidade

A redução da vulnerabilidade das mulheres em situação de violência doméstica em Goiás é fundamental para a promoção de sua autonomia e segurança. Programas de capacitação profissional, como os oferecidos pelo Governo de Goiás em parceria com instituições educacionais, são essenciais para garantir que as mulheres tenham acesso a habilidades que as tornem competitivas no mercado de trabalho. Um exemplo é o projeto “Mulher Empreendedora”, que proporciona formação em gestão e finanças para mulheres, visando não apenas a geração de renda, mas também a promoção da autoconfiança (Governo de Goiás, 2023).

Além disso, a assistência financeira é crucial para permitir que as mulheres se desvinculem economicamente de seus agressores. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, têm demonstrado eficácia na redução da vulnerabilidade econômica das famílias chefiadas por mulheres. Um estudo do IPEA indicou que essas políticas podem contribuir para a diminuição dos índices de violência doméstica ao proporcionar uma rede de segurança financeira (IPEA, 2021).

O acesso a suporte jurídico e serviços legais gratuitos é um elemento crítico na luta contra a violência doméstica. Muitas mulheres não buscam ajuda devido à falta de conhecimento sobre seus direitos ou à complexidade dos processos legais. Em Goiás, a Defensoria Pública oferece assistência jurídica gratuita e atendimento especializado para mulheres vítimas de violência. Esse suporte é vital para que as vítimas possam solicitar medidas protetivas e entender o funcionamento do sistema judicial (Defensoria Pública de Goiás, 2023).

Além disso, iniciativas como o “Centro de Atendimento à Mulher” em Goiânia disponibilizam informações e assistência em um único local, facilitando o acesso ao sistema de justiça. A divulgação da Lei Maria da Penha, por meio de campanhas educativas, também é essencial para garantir que as mulheres conheçam seus direitos e os recursos disponíveis. Estudos mostram que a conscientização sobre os direitos legais das mulheres pode aumentar significativamente as denúncias de violência, promovendo uma cultura de responsabilização (Brasil, 2019).

As organizações da sociedade civil têm um papel fundamental na diminuição da vulnerabilidade das mulheres. Elas não apenas oferecem suporte direto, mas também atuam na sensibilização da comunidade sobre a importância de combater a violência de gênero. Projetos como os realizados pela ONG “Casa da Mulher” promovem grupos de

apoio e oficinas de empoderamento, onde as mulheres podem compartilhar experiências e receber orientação sobre como lidar com situações de violência (Casa da Mulher, 2023).

Além disso, a intervenção comunitária é eficaz na construção de redes de apoio que integram serviços de saúde, educação e assistência social. Um exemplo é a atuação das “Salas Lilás”, que oferecem um ambiente acolhedor e humanizado para as vítimas de violência, facilitando o acesso a serviços de saúde e justiça. Em 2023, essas salas atenderam mais de 5.000 mulheres em Goiás, proporcionando apoio psicológico e jurídico (Governo de Goiás, 2023).

A colaboração entre o Estado e as organizações não governamentais é vital para desenvolver políticas mais abrangentes e adaptadas às necessidades das mulheres. Essa integração pode resultar em ações mais efetivas, como campanhas de conscientização e programas de acolhimento, que consideram as especificidades culturais e sociais das comunidades.

A diminuição da vulnerabilidade das mulheres em Goiás requer um esforço conjunto que inclua apoio econômico, assistência jurídica e intervenções comunitárias. A promoção da autonomia econômica, o acesso a serviços legais e o fortalecimento das redes de apoio são essenciais para garantir que as mulheres possam viver sem medo da violência. O comprometimento do Estado, aliado à ação da sociedade civil, é fundamental para a construção de uma cultura de respeito e igualdade, criando um ambiente seguro para todas as mulheres.

3.2 PUNIÇÃO DE AGRESSORES

O sistema de justiça penal em Goiás para casos de violência doméstica é orientado pela Lei Maria da Penha, que estabelece diretrizes fundamentais tanto para a proteção das vítimas quanto para a responsabilização dos agressores. Delegacias especializadas, como a Delegacia da Mulher, têm papel crucial na condução de investigações e no registro das ocorrências, garantindo que as denúncias sejam tratadas com a seriedade e urgência que o tema exige. No ano de 2023, houve um aumento preocupante no número de ocorrências em Goiás, com o registro de 31 feminicídios e mais de 8 mil notificações de ameaças, evidenciando a importância de um sistema de resposta eficiente (Secretaria de Segurança Pública de Goiás, 2023).

A celeridade nos processos judiciais é outro aspecto crítico. O Tribunal de Justiça de Goiás tem trabalhado para garantir que os casos de violência doméstica recebam prioridade, implementando juizados especializados para tratar desses temas com agilidade. Estudos demonstram que respostas rápidas do judiciário podem contribuir para a diminuição da reincidência e garantir maior segurança para as vítimas (Governo de Goiás, 2023).

No entanto, a punição dos agressores não deve se restringir apenas à privação de liberdade. Em Goiás, têm sido implementados programas de reabilitação, como os grupos reflexivos, que visam à conscientização dos agressores sobre a gravidade de seus atos e à promoção de mudanças de comportamento. Esses grupos, muitas vezes mandatórios como parte das penas, trabalham com questões relacionadas à masculinidade tóxica e à violência de gênero. Um estudo realizado pelo Instituto de Psicologia da UFG revelou que a participação em tais grupos pode reduzir a reincidência em até 30%, proporcionando aos agressores um espaço para reflexão e desenvolvimento de habilidades de controle emocional (UFG, 2022).

Outro elemento crucial na proteção das vítimas é a aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, como o afastamento do agressor do lar e a restrição de contato. Em Goiás, o cumprimento dessas medidas tem sido acompanhado de perto por meio de sistemas integrados que registram as ordens judiciais e seu eventual descumprimento. Em 2023, foram monitorados mais de 97 mil casos de medidas protetivas, representando um aumento de 330% em relação ao ano anterior (Governo de Goiás, 2023). Esse crescimento reflete não só a maior conscientização das vítimas sobre seus direitos, mas também a eficácia das campanhas de informação promovidas por entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

Para garantir que essas medidas protetivas sejam realmente eficazes, é fundamental que as vítimas tenham acesso contínuo a uma rede de apoio que inclua acompanhamento psicológico e jurídico. A criação de uma rede integrada de proteção, envolvendo assistência social, saúde e segurança pública, é essencial para garantir que as vítimas se sintam seguras e amparadas.

Um dos maiores avanços observados no combate à violência doméstica em Goiás foi o crescimento dos grupos reflexivos para homens autores de violência, que registraram um aumento de 840% no estado, o maior do Brasil entre os tribunais. Em 2020, existiam apenas cinco grupos reflexivos em Goiás; em 2023, esse número subiu para 47, segundo

o relatório “Mapeamento Nacional de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres”, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Um exemplo marcante da eficácia dessas políticas públicas em Goiás é a criação de grupos reflexivos voltados para autores de violência. Essa iniciativa resulta da colaboração entre o Tribunal de Justiça de Goiás, a Secretaria Cidadã, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e o Conselho da Comunidade na Execução Penal de Aparecida de Goiânia. Esses grupos, presentes em várias cidades, realizam encontros semanais onde agressores de violência doméstica participam de sessões conduzidas por psicólogos e assistentes sociais. Durante as reuniões, os participantes são incentivados a refletir sobre suas atitudes e a compreender as consequências de seus atos, com o intuito de prevenir a reincidência da violência.

Outro exemplo foi o estudo, solicitado pelo Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), demonstrou que a reincidência de violência entre homens que participam desses grupos é de apenas 4,18%, evidenciando sua eficácia no combate à violência doméstica. Para o desembargador Carlos França, presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), esses números refletem os esforços conjuntos da Coordenadoria Estadual da Mulher e da rede de proteção à mulher no estado, que têm obtido resultados positivos no enfrentamento da violência doméstica.

A desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, vice coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher, destacou que os grupos reflexivos vão além de espaços de diálogo: são verdadeiros centros de transformação social, onde os homens são incentivados a refletir sobre seus comportamentos e a desconstruir crenças machistas. Esse trabalho de conscientização é fundamental para prevenir novas ocorrências de violência.

A juíza Marianna de Queiroz Gomes, coordenadora da mesma entidade, ressaltou que o crescimento dos grupos reflexivos reflete o compromisso do poder judiciário estadual com o enfrentamento adequado desse problema. Ela frisou a importância dos grupos reflexivos como uma ferramenta eficaz para lidar com a violência doméstica, especialmente considerando que a violência contra a mulher constitui a maior distribuição criminal do Brasil.

O crescimento dos grupos reflexivos em Goiás também atende à Recomendação nº 124, de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que incentiva os tribunais a instituírem programas de responsabilização para autores de violência doméstica. Além disso, o Tribunal de Justiça de Goiás, por meio da Escola Judicial de Goiás (Ejug), oferecerá cursos para facilitadores, ampliando as iniciativas no combate à violência doméstica.

Essas ações demonstram que o enfrentamento da violência contra a mulher requer um esforço contínuo e integrado entre o sistema de justiça, a sociedade civil e as próprias vítimas. Somente com a combinação de um sistema penal eficiente, medidas de proteção eficazes e programas de reabilitação será possível promover uma sociedade mais segura e equitativa.

CONCLUSÃO

A Lei Maria da Penha, em seus 18 anos de existência, representa um marco no enfrentamento da violência doméstica em Goiás, sendo crucial para a proteção dos direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero. Durante esse período, a legislação trouxe avanços significativos na conscientização e no combate à violência de gênero, especialmente por meio de mecanismos que ampliam a proteção e garantem respostas mais rápidas às vítimas. No entanto, persistem desafios culturais e estruturais que dificultam sua plena aplicação, exigindo um esforço contínuo para superar essas barreiras.

Em Goiás, o impacto da Lei Maria da Penha tem se tornado cada vez mais evidente, com iniciativas como o programa "Goiás por Elas" e a criação de procuradorias especializadas, que fortalecem a rede de apoio às vítimas e promovem a conscientização sobre a violência doméstica. Essas políticas públicas têm sido essenciais para garantir acesso à justiça, segurança e autonomia para muitas mulheres.

Contudo, para que a Lei Maria da Penha atinja seu potencial transformador, é fundamental que o enfrentamento da violência de gênero vá além da punição dos agressores. Ele deve envolver ações integradas que promovam mudanças culturais e assegurem a dignidade e os direitos das mulheres. Essa luta exige um compromisso coletivo entre Estado e sociedade, para que o ciclo de violência seja rompido e uma sociedade mais justa e segura seja construída. A ampliação do acesso à informação e aos serviços de apoio, bem como a capacitação dos profissionais que atendem as vítimas, é essencial para garantir uma proteção efetiva.

A pesquisa revelou que muitas mulheres em áreas rurais ou em comunidades vulneráveis ainda enfrentam dificuldades para acessar esses mecanismos de proteção, seja por falta de informação ou pela distância dos órgãos competentes. Segundo o Instituto Patrícia Galvão (2020), 68% das mulheres que sofreram violência não buscaram ajuda por desconhecimento dos seus direitos e dos serviços disponíveis. Essa situação fragiliza a aplicação uniforme da lei em todo o estado.

Além disso, a infraestrutura de atendimento às vítimas permanece insuficiente em várias regiões. Embora haja esforços para aumentar o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), muitas dessas unidades carecem de recursos e condições adequadas para oferecer um serviço de qualidade (Conteúdo Jurídico, 2023). A falta de profissionais capacitados e a resistência cultural também se

apresentam como obstáculos, especialmente em áreas onde prevalece uma mentalidade conservadora.

Para que a Lei Maria da Penha alcance sua plena eficácia em Goiás, é necessário investir em políticas públicas que garantam não apenas a punição dos agressores, mas também a criação de uma rede de apoio efetiva às vítimas, com atendimento psicológico, assistência social e programas de reintegração. A educação e a conscientização da sociedade sobre a importância do respeito e da igualdade de gênero são fundamentais para transformar a cultura que perpetua a violência.

O sistema de justiça penal em Goiás, respaldado pela Lei Maria da Penha, é essencial tanto para proteger as vítimas quanto para responsabilizar os agressores. Em 2023, os índices alarmantes de feminicídios e ameaças reforçam a importância de um sistema de resposta eficiente, com delegacias especializadas que tratem as denúncias com a urgência necessária (Secretaria de Segurança Pública de Goiás, 2023).

Iniciativas como os grupos reflexivos para autores de violência, promovidos pelo Tribunal de Justiça de Goiás, são exemplos de ações promissoras no combate à violência doméstica. Esses grupos, seguindo recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promovem a conscientização dos agressores e a desconstrução de crenças machistas, mostrando o compromisso do judiciário com a prevenção da reincidência e a criação de uma sociedade mais equitativa.

Portanto, para que a Lei Maria da Penha se torne uma realidade transformadora em Goiás, é imprescindível um esforço conjunto e contínuo entre o sistema de justiça, o governo e a sociedade civil. Apenas com a combinação de políticas públicas eficazes, medidas de proteção e programas de conscientização será possível criar um ambiente seguro, onde a violência de gênero seja erradicada e as mulheres possam viver com dignidade e autonomia.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. Disponível em: <www.sielo.com> Acesso em: 15 de agosto de 2024.
- ALMEIDA, M. O impacto da Lei Maria da Penha nas estatísticas de violência contra a mulher em Goiás. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2021.
- ANDRADE, D. A construção social da violência de gênero. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 31-47, 2009.
- AZEVEDO, M. Gênero e socialização. *Cadernos de Gênero e Sexualidade*, v. 1, n. 1, p. 5-20, 1985.
- CAMPBELL, J. The psychological impact of intimate partner violence. *American Journal of Public Health*, v. 92, n. 4, p. 655-660, 2002.
- CFEMEA. A Lei Maria da Penha: avanços e desafios. Brasília, 2007. Disponível em <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/autocuidado-e-cuidado-entre-ativistas/territorios-de-cuidado-luta-e-sustentacao-da-vida?view=article&id=9956:18-anos-de-lei-maria-da-penha-avancos-e-desafios-na-protexcao-das-mulheres-em-especial-das-mulheres-negras&catid=577> Acesso em: 15 de setembro de 2024.
- CEDAW. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. 1979. Disponível em: <www.sielo.com> Acesso em: 15 de agosto de 2024.
- CONSELHO DA EUROPA. Convenção de Istambul sobre prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. Estrasburgo, 2011.
- CONTEÚDO JURÍDICO. Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher. Brasília, 2023.
- DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha: Comentários e Interpretações. 2020.
- ELLSBERG, M.; HEISE, L. Researching violence against women: a practical guide for researchers and activists. Washington, DC: World Bank, 2005.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022.
- FOUNDATION PERSEU ABRAMO. Mulher brasileira nos espaços público e privado: pesquisa nacional. São Paulo, 2002.
- FUSTER, D. A violência na família: um olhar multidisciplinar. *Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 2, p. 101-115, 2002.
- FRANCESCHI, M. A violência contra a mulher na pandemia: uma análise crítica. *Revista de Estudos de Gênero*, v. 12, n. 1, p. 34-50, 2020.

GARCÍA-MORENO, C. et al. Gender-based violence and mental health. *The Lancet*, v. 365, n. 9466, p. 1689-1696, 2005.

GIORDANI, F. A questão da violência de gênero: reflexões sobre a desigualdade. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 123-140, 2006.

GOVERNO DE GOIÁS. Batalhão Maria da Penha: avanços e desafios. Goiás, 2023.

GREGORI, M.; DEBERT, G. Gênero, violência e direitos humanos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 81-100, 2008.

HUSS, M. The impact of psychological violence. *Journal of Family Violence*, v. 26, n. 5, p. 331-338, 2011.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTMOELLER, M. Ending violence against women. *Population Reports, série L*, n. 11, 2002.

IZUMINO, I. A dominação patriarcal: reflexões e implicações. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 15, n. 2, p. 123-142, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Estudo sobre Violência Doméstica. 2021.

JEWKES, R. Emotional abuse: a neglected dimension of partner violence. *The Lancet*, v. 359, n. 9315, p. 1453-1454, 2002.

KRUG, E. et al. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002.

OMS. Violence against women prevalence estimates, 2018. Genebra, 2021.

OEA. Convenção de Belém do Pará: convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Organização dos Estados Americanos, 1994.

OSÓRIO, G. A intergeracionalidade da violência: uma análise sociológica. *Revista Brasileira de Política Criminal*, v. 5, n. 2, p. 23-39, 2002.

RABELO, F.C.E. Políticas públicas e cidadania: as políticas públicas como resgate da cidadania no contexto da reforma do Estado, Goiânia, 2001.

RUA, M. das G. Análise de Políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. I V. de (Org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. P. 231 - 260.

SAFFIOTI, H. O que é patriarcado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SIPA. Dados sobre medidas protetivas. Goiás, 2024.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20 – 45, dez, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt> Acesso em 10 de julho de 2024.

UN. Declaration on the elimination of violence against women. New York, 1993.

UN WOMEN. Handbook for national action plans on violence against women. Nova Iorque, 2019.

WALKER, L. The battered woman syndrome. New York: Springer Publishing Company, 2009.